



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMEIRAS DIPLOMADAS NO CONTEXTO DA ALIANÇA BRASIL-ESTADOS UNIDOS: II GUERRA MUNDIAL E PÓS-GUERRA

Ieda de Alencar Barreira^{*}
 Suely de Souza Baptista^{**}
 Tânia Cristina Franco Santos Cardoso^{***}
 Maria Angélica de Almeida Peres^{****}

RESUMO

Objeto: Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas (ABED) como espaço de lutas definidoras da ocupação de posições no campo da enfermagem (1942-1954). Objetivos: descrever as circunstâncias do alinhamento da ABED com as enfermeiras americanas porta-vozes da aliança Brasil-Estados Unidos; analisar os nexos entre as escolas de enfermagem e a criação das seções estaduais da Associação e discutir as estratégias de luta dos grupos concorrentes atuantes na Associação. Fontes primárias: documentos escritos pertencentes ao Centro de Memória da Associação Brasileira de Enfermagem. Os dados, analisados conforme conceitos de Pierre Bourdieu evidenciaram que os grupos concorrentes que lutaram por posições de poder no campo da enfermagem radicavam-se no eixo geográfico Rio-São Paulo. Essa luta resultou em prestígio pessoal às suas protagonistas e em lucros simbólicos tanto para as instituições às quais essas personalidades estavam vinculadas como para a enfermagem brasileira.

Descritores: Enfermagem. História da Enfermagem. Sociedades de Enfermagem. Escolas de Enfermagem. Serviços de Enfermagem. Brasil.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMEIRAS DIPLOMADAS EN EL CONTEXTO DE LA ALIANZA BRASIL-ESTADOS UNIDOS: II GUERRA MUNDIAL Y POSGUERRA

RESUMEN

^{*} Doutora em História da Enfermagem; líder do grupo “A prática profissional e a formação da identidade da enfermeira brasileira”/CNPq; membro fundador do Núcleo de Pesquisa de História da Enfermagem Brasileira (Nuphebras) da Escola de Enfermagem Anna Nery da Universidade Federal do Rio de Janeiro (EEAN/UFRJ). Docente do corpo permanente do Programa de Pós-Graduação da EEAN/UFRJ; bolsista do Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento/CNPq, categoria 1A.

^{**} Doutora em História da Enfermagem; membro fundador do Nuphebras; professora do Programa de Pós-Graduação da EEAN/UFRJ; pesquisadora 2 do CNPq.

^{***} Pós-Doutora em História da Enfermagem; membro fundador do Nuphebras; Professora Adjunta do Departamento de Enfermagem Fundamental da EEAN/UFRJ.

^{****} Doutora em História da Enfermagem; membro do Nuphebras; Professora Adjunta do Departamento de Enfermagem Fundamental da EEAN/UFRJ.

Objeto: Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas (ABED) como espacio de luchas definidoras de la ocupación de posiciones en el campo de la enfermería (1942-1954). Objetivos: describir las circunstancias del aliñamiento de la ABED con las enfermeras americanas portavoz de la alianza Brasil - Estados Unidos; analizar los nexos entre las escuelas de enfermería y la creación de las secciones estaduais de la Associação y discutir las estrategias de lucha de los grupos concurrentes actuantes en la Associação. Fuentes primarias: documentos escritos pertenecientes al Centro de Memoria de la Associação Brasileira de Enfermagem. Los datos, analizados según conceptos de Pierre Bourdieu, evidenciaron que los grupos concurrentes que lucharon por posiciones de poder en el campo de la enfermería se radicaban en el eje geográfico Rio-São Paulo. Esa lucha resultó en prestigio personal para sus protagonistas y en lucros simbólicos tanto para las instituciones a las cuales esas personalidades estaban vinculadas como para la enfermería brasileña.

Descritores: Enfermería. Historia de la Enfermería. Sociedades de Enfermería. Escuelas de Enfermería. Servicios de Enfermería. Brasil.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMEIRAS DIPLOMADAS IN THE CONTEXT OF THE ALLIANCE JOINED BRAZIL-UNITED STATES: WORLD WAR II AND POST-WAR PERIOD

ABSTRACT

Object: Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas (ABED) as a space of defining campaign of the occupation of positions in the field of the nursing (1942-1954). Objectives: describe the circumstances of the alignment of ABED with the American spokeswomen nurses of the alliance Brazil - The United States; to analyze the connections between the schools of nursing and the creation of the state sections of the Associação and discuss the strategies of campaign of the competing active groups in the Associação. Primary fonts: written documents pertaining to Centro de Memória da Associação Brasileira de Enfermagem. The data, analyzed according to concepts of Pierre Bourdieu has showed up that the competing groups that campaigned for positions of power in the field of the nursing have focused in the geographical axle Rio – São Paulo. This campaigning turned in personal prestige to their protagonists and in symbolic profits so much for the institutions to which these personalities were linked how for the Brazilian nursing.

Descriptors: Nursing. History of Nursing. Societtes, Nursing. Schools, Nursing. Nursing Services. Brazil.

Introdução

O objeto do estudo é a Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas (ABED) como espaço de lutas definidoras da ocupação de posições no campo da enfermagem. O contexto é o da segunda guerra mundial, quando o governo ditatorial de Getúlio Vargas se aproxima do discurso do panamericanismo e se estende para o pós-guerra, quando a enfermagem brasileira se reconfigura, segundo as forças históricas em movimento.

Nosso estudo se inicia em 1942, com a chegada ao Brasil, enviada pelo Instituto de Assuntos Inter-Americanos (IAIA), órgão de execução da política externa americana para a América Latina, da enfermeira americana Clara Louise Kieninger, considerada figura benemerita pelas enfermeiras brasileiras, por haver ela, há vinte anos não só implantado a Escola de Enfermeiras Anna Nery (EAN), no interior do órgão sanitário federal, a primeira escola de enfermagem brasileira organizada e dirigida por enfermeiras e cujo quadro de pessoal de ensino contava com a maioria de enfermeiras¹⁻², mas também por haver durante sua permanência (1922-1925), criado condições para a criação da Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras (ANEDB), como fora registrada no Conselho Internacional de Enfermagem (CIE), pela Presidente Edith de Magalhães Fraenkel (EMF), em 1929.³⁻⁵

Até então, entre as enfermeiras brasileiras, havia divergências sobre a legitimidade da liderança tanto das enfermeiras americanas como também das duas brasileiras formadas no exterior: Edith Fraenkel, a primeira brasileira a ocupar o cargo de Superintendente Geral do Serviço de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), a ela legado por Ethel Parsons, e Rachel Haddock Lobo primeira diretora brasileira da EAN³, ambas oriundas de famílias ilustres, detentoras de grande capital cultural, mas que não haviam formado seu *habitus* profissional na EAN. Apesar das dificuldades, Edith garantiu a sobrevivência da Associação ao conferir-lhe personalidade jurídica e ao colaborar com Rachel para a criação da Revista Anais de Enfermagem, cujo primeiro número saiu em 1932.⁴

A missão de Miss Kieninger era de natureza técnica e política, ou seja, participar da implantação de serviços de saúde pública em estados da Federação onde deveria ser intensificada a extração da borracha e dos minérios a serem exportados para os Estados Unidos da América do Norte (EUA), mas, ao mesmo tempo, contribuir para legitimar a presença estrangeira no interior do Ministério da Educação e Saúde (MES). Uma importante estratégia para a retomada da liderança americana no campo da enfermagem brasileira eram as atividades de cooperação técnica e financeira com escolas de enfermagem existentes ou a serem implantadas.⁶

No momento do retorno de Kieninger à capital do Brasil, após vinte anos de ausência, a ANEDB era a única entidade representativa das enfermeiras, que contava cerca de uma centena, e

era presidida por Edith Fraenkel, em seu segundo mandato (1941-1943). A sede da Associação permanecia na capital federal, conforme dispunha seu estatuto, embora sua presidente agora se encontrasse radicada na cidade de São Paulo, como futura diretora da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (USP).⁴

No que concerne à EAN, a progressiva apropriação, pela elite nativa, do discurso das enfermeiras americanas, propiciara a elaboração de uma crítica e a formação de um espírito de grupo, marcadamente nacionalista, que reforçara sua colaboração com as autoridades governamentais e criara um movimento de resistência à presença de colegas estrangeiras no Brasil. No entanto, a diminuição da influência das enfermeiras norte-americanas nos destinos da enfermagem nacional ensejara uma reação ao projeto de laicização e profissionalização da Missão Parsons, que contrariava interesses de vários setores da sociedade, mas também ao status da EAN como escola padrão.⁷⁻⁸

A EAN, agora inserida na Universidade do Brasil (UB), sofrera as conseqüências do exercício, por cerca de dez anos, da prerrogativa de servir de modelo para todo o país. Tanto que, sua garantia da excelência na formação profissional da enfermeira no Brasil² se fizera acompanhar da inibição do surgimento de outras escolas de enfermagem no país. Por outro lado, a reserva de candidatas de todas as regiões do país, garantira à EAN a posição central no campo, na qualidade de único centro formador de “enfermeiras diplomadas de alto padrão”. E também, o poder legal conferido à esta Escola de enunciar a verdade sobre o ensino da enfermagem concedera às enfermeiras indicadas por sua diretora, para fazer a verificação *in loco* das condições de funcionamento das escolas que solicitavam equiparação, a distinção de legítimas porta-vozes da categoria⁸⁻¹¹. Ademais, a inserção da enfermagem no novo MES, determinara que as enfermeiras federais, a partir de 1933, comesçassem a atuar como porta-vozes do governo central nas unidades da federação⁹⁻¹⁰. Consolidara-se assim o poder daquela elite nativa, tão cuidadosamente formada pela Missão Parsons, de enunciar o discurso autorizado sobre a profissão.

As escolas profissionais de enfermagem que formavam enfermeiras quando Miss Kieninger regressou ao Brasil, se dividiam em dois grupos^{3,12,8,1}:

- Escolas que haviam sido criadas na Primeira República e na década de 1930, em contraposição à Igreja Católica. Essas escolas, vinculadas a hospitais, tiveram por finalidade atender a situações conjunturais e não se integravam ao sistema oficial de ensino. São elas a Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, inserida no MES e sediada no Rio de Janeiro, as Escolas da Cruz Vermelha Brasileira, do Rio e de São Paulo e as escolas evangélicas implantadas no centro-oeste do país como a Florence Nightingale (Anápolis/GO) 1933, e a Cruzeiro do Sul (Rio Verde/GO) 1937.

- Escolas que haviam sido criadas nos anos 1930, com o apoio da Igreja Católica, uma das bases de sustentação de Vargas, e que haviam sido equiparadas à EAN meses antes da chegada de Kieninger, a saber: a Escola de Enfermagem Carlos Chagas (EECC), criada em 1933, junto ao Hospital São Vicente de Paulo, em Belo Horizonte, a primeira a formar enfermeiras religiosas no Brasil, implantada por Laís Netto dos Reys (LNR), tendo como diretora Waleska Paixão; a Escola de Enfermagem do Hospital São Paulo, 1938, sediada na capital desse estado e dirigida por Madre Domineuc, que tivera seu diploma reconhecido graças ao parecer favorável de Laís Netto dos Reys; e a Escola de Enfermagem Luiza de Marillac, 1939, sediada no Rio de Janeiro e dirigida por Rosa Maria Leone, formada na EAN, em 1932, na gestão de Rachel Haddock Lobo.

Laís Netto dos Rey, diretora da EAN, acumulava o cargo de Presidente do Conselho de Enfermagem, junto ao MES. Laís, que sucedera a última diretora americana, era católica fervorosa e pertencente à família politicamente influente, mudara radicalmente a orientação pedagógica e a posição política da Escola, devido a uma forte aliança com a Igreja e com o governo ditatorial de Vargas. Em sua gestão, adota estratégias de resistência à penetração americana, trabalhando em prol do avanço das escolas de enfermagem de orientação católica, promovendo eventos fora do âmbito da Associação e estreitando laços com a Igreja e o governo federal. Essa situação seria um forte obstáculo à execução da política do IAIA no Brasil.

Ao contrário, Edith Fraenkel, reconhecida como mulher de personalidade enérgica e caráter autoritário, detentora de enorme capital cultural e social, filha de diplomata, poliglota, positivista como seu avô, feminista, diplomada enfermeira nos EUA, em 1925, pela Escola de Enfermagem do Philadelphia General Hospital, discípula da educadora americana Lilian Clayton (diretora da Escola vinculada a este hospital, e ex-presidente da American Nursing Association – ANA)¹³, viria a ser o ponto de apoio para aqueles desígnios, fortemente apoiada pela Fundação Rockefeller e pelo IAIA/SESP.

Com o término da guerra, elege-se Presidente do Brasil o general Eurico Gaspar Dutra e no plano internacional tem início a Guerra Fria. Apesar de a América Latina perder importância na política externa americana, agora voltada para a Europa e o Japão, a presença americana no Brasil no campo da educação e saúde é garantida, mediante um contrato de prosseguimento do programa de cooperação, a cargo do SESP.

Por outro lado, a Igreja Católica continua investindo esforços para alcançar cada vez mais e melhores posições no campo da educação e saúde. A renovação na direção da EAN, em decorrência da morte de Laís, em 1950, e a entrada de Waleska Paixão se dão no sentido de manter a aliança com a Igreja, porém já voltada para uma atuação no cenário internacional.

No que se refere à vida associativa, a nova configuração política exige uma nova inserção da Associação no campo. Assim, a ABED promove uma reforma estatutária, a qual foi aprovada na Assembléia Geral de 1954, e deixando de ser uma associação de enfermeiras diplomadas, aumenta seu escopo de atuação, passando a denominar-se Associação Brasileira de Enfermagem. Este é o marco final deste estudo.

Objetivos:

- descrever as circunstâncias do alinhamento da ANEDB/ABED com as enfermeiras americanas porta-vozes da aliança Brasil - Estados Unidos;
- analisar os nexos entre as escolas de enfermagem e a criação das seções estaduais da ABED;
- discutir as estratégias de luta dos grupos concorrentes atuantes na Associação.

Referencial Teórico

A referência teórica do presente estudo é a Teoria do Mundo Social do sociólogo francês Pierre Bourdieu, especialmente no que concerne aos conceitos de *habitus*, campo e poder simbólico. Seu argumento central é o de que as práticas sociais são estruturadas, isto é, apresentam propriedades típicas da posição social de quem as produz. Isto porque o *habitus* “traduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, ou seja, em um conjunto unívoco de escolhas, de bens e de práticas”¹⁴, portanto, funciona como um conjunto de traços distintivos e separações diferenciais, constitutivas de um sistema mítico-ritual, que simbolizam os indivíduos nos espaços sociais.

O campo é um espaço multidimensional, permeado por contradições e conflitos que acabam por gerar lutas simbólicas entre os agentes que competem no seu interior, as quais, na maioria das vezes são desencadeadas porque esses agentes desejam manter ou aumentar seu poder de força e com isto ter o poder de enunciar um discurso autorizado acerca das questões inerentes ao mesmo.

O contexto em que se dão as mencionadas lutas é histórico e social. Nele, os agentes empenham em suas lutas concorrenciais a força (relativa) que detiveram e que definiram a sua posição no campo e, em conseqüência, suas estratégias, pois o princípio de todos os atos de consagração não é outro senão o próprio campo, concebido como um lugar de energia social acumulada, reproduzida com a ajuda dos agentes e instituições através das lutas simbólicas pelas quais eles tentam apropriar-se dessa energia, mediante o capital simbólico acumulado ao longo de sua trajetória social¹⁴. Portanto, é no grau de objetivação da distribuição do capital acumulado, sob suas diferentes espécies, que se fundamentam as diferenças relativas entre as posições de

poder e prestígio, condição legítima que confere autoridade e que determina “as relações de dominação que se fazem, se desfazem e se refazem na e pela interação entre as pessoas”¹⁵, onde as relações de força se apresentam de forma transfigurada e eufemizada.

Assim, as marcas de posição social, os símbolos que as distinguem, os mecanismos de conservação dessas posições e as tentativas heréticas de contestação com vistas a subverter a estrutura de poder vigente foram temas abordados na leitura do corpus documental, uma vez que os agentes detêm um poder proporcional ao seu capital simbólico, ou seja, ao reconhecimento que recebem do grupo.

Metodologia

As fontes primárias principais são documentos escritos pertencentes ao acervo do Centro de Memória da Enfermagem Brasileira da ABEn, selecionados com o apoio dos seguintes documentários: - ABEn (1926-1976): Documentário, de Anayde Corrêa de Carvalho; - 33 anos do Congresso Brasileiro de Enfermagem (1947-1981), coordenado por Marilene Schmarczek; - Annaes de Enfermagem - Informatização das publicações de 1932 a 1954, de autoria de Vilma de Carvalho e Jussara Sauthier; - Índice Remissivo da Revista Brasileira de Enfermagem: 1948-1958; - Nexos históricos entre a Escola de Enfermagem Anna Nery e a ABEn: criação de um fundo de arquivo (1925-1975), de autoria de Therezinha Teixeira Vieira. Relatório final da bolsa CNPq de Professor Visitante na EEAN, 1995.

Também foram consultados os documentários: As pioneiras e a consolidação da enfermagem no Brasil (1932-1950) e Saltos evolutivos da Enfermagem (1951-1974), ambos de autoria de Vilma de Carvalho e de Jussara Sauthier, referentes ao acervo do Centro de Documentação (CEDOC) da EEAN/UFRJ. As Bases de dados consultadas foram: Portal de Periódicos da Capes, Banco de Teses e Banco de Artigos da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS); Banco de Textos e Banco Quem é quem na História da Enfermagem Brasileira do CEDOC/EEAN/UFRJ.

Para além dos procedimentos de praxe (análise documental, contextualização histórico-social, classificação, periodização, categorização dos conteúdos, triangulação das fontes e interpretação dos achados à luz do referencial teórico), a partir de trabalhos científicos originais produzidos por pesquisadores de História da Enfermagem foi feito um esforço de síntese e uma reflexão aprofundada sobre o significado das mudanças ocorridas no recorte espaço-temporal estudado, para a enfermagem brasileira.

Especial atenção foi dada a figuras, por seu reduzido número, alta qualificação e algumas com longos mandatos. Enfermeiras brasileiras: - Edith Fraenkel (diretora da EE/USP por treze anos

(1942-1955); presidente da ABED em 3 mandatos, totalizando 15 anos); - Laís Netto dos Reys (diretora da EECC por 5 anos; diretora da EAN/UB por 12 anos - morreu no cargo); - Waleska Paixão (diretora da EECC por 9 anos; diretora da EAN/UB por 16 anos – 1950-1966; 1 mandato de presidente da ABED); - Gleite de Alcântara (diretora da EERP/USP por 8 anos - 1953-1971; presidente da ABEn, em 2 mandatos: 1952-1954 e 1972-1974 - morreu no cargo de presidente da ABEn). Enfermeiras americanas do IAIA/Sseeps que atuaram em diferentes momentos do período estudado: - Kieninger (primeira diretora da EAN 1922-1925, também foi a primeira a regressar ao Brasil, 1942); Ella Hasenjaeger (assessora de Edith Fraenkel na EE/USP e secretária executiva da ABED, 1944-1951); Clara Curtis (atuou no Distrito Federal e tornou-se Chefe da Divisão de Enfermagem do SESP, permanecendo no Brasil de 1943 a 1954). Estas enfermeiras constituíam-se porta-vozes da enfermagem, enunciando discursos autorizados, de acordo com a posição que ocupavam no campo e que lutavam entre si pelo direito de fazer ver e fazer crer suas verdades como legítimas.



Figura 1 - Momento de coleta de dados do presente artigo. Da esquerda para a direita: pesquisadoras Maria Angélica de Almeida Peres e Tânia Cristina Franco Santos – Centro de Memória da Enfermagem Brasileira/ABEn, nov. 2009

Resultados

Alinhamento da Associação de classe com as enfermeiras americanas porta-vozes da aliança Brasil - Estados Unidos

O estado de guerra e a atuação militar, econômica e política dos EUA no Brasil, mormente a presença de enfermeiras americanas, representantes do governo dos EUA, acirram as lutas simbólicas no campo da enfermagem. Os grupos rivais de enfermeiras radicam-se fortemente no eixo geográfico Rio-São Paulo. Estas unidades da Federação, no entanto, tinham posições políticas

opostas, pois enquanto o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, era sede dos poderes da República, em 1932 o estado de São Paulo se levantara em armas contra o governo federal.

Observam-se manifestações de um progressivo afastamento entre a Associação e a EAN e entre esta e os órgãos de cooperação técnica do governo dos EUA, acompanhadas por evidências de uma aproximação entre a Associação e aqueles órgãos de cooperação técnica internacional. Tanto assim que em 1941 a ANEDB deixa a EAN pelo Serviço de Obras Sociais, entidade filantrópica fundada e presidida por Edith Fraenkel, localizada na Avenida Mem de Sá, no centro da cidade¹⁶ e em 1943, aceita o oferecimento da cessão, pelo IAIA/SESP de uma sala, no edifício Holerith, o que foi motivo de protesto por parte de Laís Netto dos Reys¹⁻¹⁷. Outrossim, em 1942, a criação da Associação de Ex-Alunas da EAN parece ter contribuído para o agravamento da crise ANEDB - EAN.

Por outro lado, em junho de 1944, o IAIA/SESP avaliou negativamente o intercâmbio com a EAN, sendo esse fracasso atribuído ao antagonismo de Laís. O projeto foi reorientado no sentido da busca de outras frentes de trabalho, em instituições cujas lideranças fossem receptivas ao intercâmbio e cooperação^{6,4}. Ao contrário, apesar de que a chegada de uma missão de enfermeiras americanas não tenha agradado a parte da diretoria da Associação¹⁷, isto não impediu que esta entidade se associasse aos seus propósitos.

A EAN/UB, escola padrão oficial nacional, tendo como diretora Laís Netto dos Reys, apoiada pela Igreja e pelo Estado procurava ampliar sua área de influência e defender os interesses da Igreja católica. E se não deixou de prestar entusiásticas homenagens à fundadora da Escola, Claire Louise Kieninger, como relata ela em suas memórias¹⁸ não acolheu suas orientações. Por sua vez, Kieninger, em mais de uma reunião com as instrutoras da EAN opinou contrariamente às equiparações apoiadas pela EAN, que seriam razão de desprestígio para a enfermagem brasileira.¹⁹

Edith Fraenkel, 2º mandato na ABED (1941-43), por indicação da Fundação Rockefeller, encontrava-se empenhada na organização de uma Escola de Enfermagem na USP, a primeira escola de enfermagem criada no âmbito de uma universidade estadual, fundada em outubro de 1942. Esta escola deveria servir de modelo para a América Latina. Para tanto, contava com o capital cultural, social, técnico-científico e simbólico de Edith e das “Damas de Toronto”, ou seja, quatro educadoras sanitárias, enviadas pela Fundação Rockefeller para fazer o curso de graduação, ou seja, adquirirem capital institucionalizado, na Escola de Enfermagem da Universidade de Toronto: Maria Rosa Sousa Pinheiro e Zilda de Almeida Carvalho (1940) e Glete de Alcântara e

Lucia Jardim (1941), e mais uma enfermeira diplomada pela EAN com bolsa de estudos da mesma Fundação para lá fazer pós-graduação: Haydée Guanaes Dourado (1941).²⁰

As orientações inerentes ao ensino e à prática da enfermagem emanadas pela EEU/SP e suas alianças internacionais, terminaram por inculcar um novo *habitus* profissional que alterou a configuração do campo da enfermagem. Portanto, correspondeu a um contra-poder ao padrão oficial, representado pela EAN, mas mantendo como área de convergência de suas posições o anticomunismo.

Záira Cintra Vidal assumiu a presidência da ABED, no período 1943-1947, correspondente a duas gestões consecutivas, estando licenciada de novembro de 1943 a março de 1944 (presidente em exercício Marina Bandeira de Oliveira). Assume o cargo com a ANEDB atravessando dificuldades, inclusive contando com reduzido número de associadas. Como estratégia de luta para fazer frente à situação, a presidente lança um plano para a reorganização e reerguimento da Associação, incluindo uma reforma estatutária, que altera sua denominação para Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas (ABED)²¹. A presidente da ABED, que havia sido assistente de Bertha Lucile Pullen, última diretora americana da EAN (1928-1931 e 1934-1938), e por ela indicada para assumir a direção desta Escola, mantinha-se alinhada com Edith Fraenkel, até porque devido às forças em jogo no campo da educação em enfermagem, em 1938 foi preterida, em favor de Laís Netto dos Reys, como diretora da EAN. Contudo, em 1945, com o decisivo apoio do SESP, Záira Cintra Vidal foi indicada para organizar a Escola de Enfermagem do Distrito Federal, da qual foi a primeira diretora.^{22, 3-4}

No que diz respeito às relações internacionais, a EE/USP e a Associação apoiaram fortemente a American Nursing Association (ANA) em sua tentativa de alinhamento das Associações da América-Latina, mediante o projeto de criação de uma Federação Pan-Americana de Enfermagem, o que aumentaria consideravelmente o poder da ANA no Conselho Internacional de Enfermagem (CIE). A primeira tentativa nesse sentido ocorrera em dezembro de 1942, durante o 1º Congresso Panamericano de Enfermagem, realizado em Santiago do Chile, no qual Kieninger, que se encontrava hospedada na EAN, às vésperas do evento, por sua posição de destaque no campo da enfermagem, foi instada a representar a ANA, apesar de não falar espanhol.¹⁸

Neste sentido foi grande o empenho de Edith Fraenkel, em 1947, durante o IX Congresso Quadrienal, realizado nos EUA, quando houve uma reunião para discutir a fundação de uma Associação Interamericana, como um ramo do CIE. Nesta ocasião, Edith passa a integrar a Comissão do CIE encarregada de elaborar o estatuto da futura entidade. Em 1949, durante o Congresso Quadrienal do CIE, realizado em Estocolmo, foi aprovada a proposta de o Brasil sediar

um congresso deste Conselho, no caso em 1953; Edith é indicada para presidir uma comissão encarregada de levar avante o antigo projeto da Federação Internacional de Enfermagem (FIE).^{3,13}

Ademais, durante sete anos (1944-1951), Edith Fraenkel contou com a colaboração de outra enfermeira do IAIA, agente de grande influência nos destinos da enfermagem nacional, que foi Ella Hasenjaeger, detentora do grau de mestre em educação. Se na EE/USP Miss Ella atuava como assessora direta de Edith como Diretora da EE/USP, ela igualmente atuava como assessora direta de Edith como Presidente da ANEDB/ABED. Logo após sua inserção no campo da enfermagem brasileira, Ella Hasenjaeger parece ter influenciado e estimulado Edith Fraenkel na criação da ABED de São Paulo, em um momento de crise da ABED Nacional, no que foi bem sucedida³. Além disso, durante toda a 3ª gestão de Edith (1948-1950), Ella Hasenjaeger atuou como secretária executiva (no início oficiosamente e oficialmente a partir de 1949)²³, acumulando, entretanto outros cargos, de natureza técnico-científica como: Assessora da Divisão de Educação da ABED (1947), de sua Comissão de Currículo (1948) e de sua Comissão de Auxiliar de Enfermagem (1949). Ella Hasenjaeger foi a Presidente da Comissão de Programa dos três primeiros congressos da ABED. Antes de regressar aos EUA, em 1951, Miss Ella atuou como Delegada da ABED na Conferência do Quinquagésimo aniversário do CIE, junto com a Presidente Edith Fraenkel.³

Em 1943, Clara Curtis, ex-integrante da Missão Parsons (1921-1931), chega ao Rio de Janeiro para atuar no âmbito dos serviços de saúde do Distrito Federal e para nele implantar uma escola de enfermagem. Sua visão geral era a de que “o intercâmbio profissional entre enfermeiras brasileiras e as de outros países teve um grande impulso com a II guerra mundial. Enfermeiras e estudantes de enfermagem brasileiros, em busca de agregação de valor ao seu capital cultural e sua institucionalização, freqüentam cursos no estrangeiro, ao mesmo tempo em que alunas dos países vizinhos ingressam nas escolas de enfermagem do Brasil. Em serviços cooperativos de saúde, como o SESP, entre os governos do Brasil e da América do Norte, as enfermeiras de ambos os países trabalham lado a lado, em uma obra comum”. No Distrito Federal empenhou-se na reorganização dos serviços de saúde e no planejamento de escolas de enfermagem com a ajuda de Zaíra Cintra Vidal, sua ex-aluna.^{24,3}

Foi intensa a participação de Clara Curtis nas atividades da ABED, como membro de várias comissões; inclusive presidiu a Comissão de Intercâmbio Cultural e Profissional (CICP) - 1946-1954²⁵. Clara Curtis também integrou a Comissão encarregada de elaborar o anteprojeto de regulamentação do exercício profissional, da Comissão de Auxiliar de Enfermagem e da Comissão do Censo de Enfermagem. Em 1952 participou da Conferência Regional Latino-Americana da

Organização de Entidades não governamentais na Bolívia e em julho de 1953, integrou a Comissão de programa do 10º Congresso Quadrienal, realizado no Hotel Quitandinha, Petrópolis / RJ.³ Por ocasião de sua partida para os EUA, em 1954, no entendimento dos relevantes serviços por ela prestados à enfermagem brasileira, a ABEn solicitou ao ministro da Saúde seu empenho “para que fosse concedida à Mrs Clara Curtis uma prova oficial de reconhecimento”. Tratava-se da concessão da Ordem do Cruzeiro do Sul, a mais alta comenda oferecida a um estrangeiro, a qual foi concedida em 1956.³

Os quatro primeiros Congressos Nacionais de Enfermagem promovidos pela ABED, no período do pós-guerra, foram espaços privilegiados para a difusão do ideário do panamericanismo na enfermagem e contaram com a participação de consultoras do IAIA/SESP²⁶⁻²⁷. Os três primeiros foram realizados no eixo Rio-São Paulo, sendo liderados por Edith Frankel e Ella Hasenjaeger. No III Congresso, Maria de Lourdes Verderese “propõe que seja lavrado em ata um agradecimento a Miss Ella pelo trabalho na Comissão Executiva, preparando o Congresso. A proposta é aceita”²⁸. O conteúdo programático dos mesmos e também o do IV Congresso, realizado na cidade de Salvador/BA, reforçavam a aliança da ABED e da EE/USP com o IAIA/SESP e o CIE.

O I Congresso Nacional de Enfermagem, realizado em São Paulo, em 1947, contou com um amplo temário que incluiu a enfermagem de saúde pública rural e urbana, o preparo de enfermeiras-chefes e a enfermagem psiquiátrica como especialidade, cursos de auxiliares de enfermagem. Entre as resoluções, contava a de convidar o CIE a realizar um Congresso Quadrienal no Brasil.²⁹

O II Congresso foi realizado na sede do MES na capital federal, em 1948. Lema “Aumentar o número de enfermeiras é contribuir para a saúde mundial”. Dele participaram o médico sanitário Marcolino Candau, Superintendente do SESP, que falou sobre o problema da enfermagem no Brasil³⁰; Frances Helen Zeigler, designada pelo IAIA para prestar assistência técnica à EE/USP, apresentou um diagnóstico da situação das escolas de enfermagem brasileiras e ressaltou que mesmo as escolas inseridas em universidades, como a EAN/UB, a EE/USP e a EE/UFBA, “consideradas escolas profissionais, apenas o são em nome. Essas escolas não têm o nível profissional exigido pela universidade”³¹. Entre as recomendações deste Congresso consta a de “que a ABED apóie integralmente as finalidades da FIE, auxiliando assim, o desenvolvimento dos países latino-americanos e preparando os mesmos para seu ingresso no Conselho Internacional de Enfermagem”.³²

O III Congresso, também realizado no Rio de Janeiro, em 1949, além do recorrente tema sobre a enfermagem de saúde pública, tratou da organização da Enfermagem no nível

internacional, do currículo mínimo e da regulamentação da lei 775/49, a qual retirou da EAN a prerrogativa de Escola Oficial Padrão. Contudo, na oportunidade o dr. Jurandir Lodi, Diretor da Divisão do Ensino Superior do MES, se pronunciou no sentido da necessidade das enfermeiras se organizarem para a criação de um Conselho Nacional de Enfermagem, o qual passaria a ter as funções ora atribuídas à EAN pelo decreto nº 20.109/1931. Sobre este decreto fez a afirmação de que o mesmo seria uma “lei de gabinete, porque foi feita para a situação em vez de originar-se da situação, não tendo, por conseguinte, o efeito desejado”. As palavras o dr. Lodi se revestem de importância em face de sua posição prestigiosa no campo da educação e da saúde; portanto porta-voz autorizado que em muito contribuiu para consagrar as oposições à prerrogativa da EAN no sentido de fiscalizar as escolas de enfermagem. Anos mais tarde, 1959, Jurandir Lodi foi agraciado com o título de Membro Honorário da ABEn, pelo grande apoio e estímulo dado aos enfermeiros. Essa iniciativa expressa o reconhecimento, pela ABEn, das favoráveis alianças com figuras distintas do campo da educação. Neste congresso foi feita homenagem ao SESP, nas pessoas do médico Marcolino Candau, do médico Eugene Campbell (chefe da Missão Técnica Norte-Americana) e da enfermeira Clara Curtis. E também dado voto de louvor à Ella Hasenjaeger, “por seu esforço desmedido, empenhado nos trabalhos preparatórios do nosso Congresso”. Essas demonstrações públicas oficializavam as alianças entre o Brasil e os EUA.^{28,24}

O IV Congresso, realizado em Salvador, em 1950, teve como lema “Trabalhemos para desenvolver a Enfermagem nas Américas”. Dele participaram duas representantes do CIE e várias representantes estrangeiras vindas ao Brasil para discutir a criação da FIE. A programação científica foi organizada em torno de três temas e em cada um deles houve participação de representantes (estrangeiros e brasileiros) de instituições americanas. Um dos trabalhos versou sobre a importância do CIE para a união e intercâmbios profissionais e foi apresentado pela secretária executiva do CIE, enfermeira Daisy Briggs³³. Clara Curtis, Superintendente do Serviço de Enfermeiras do SESP, discorreu sobre o auxílio dado pelo SESP ao aperfeiçoamento técnico das enfermeiras brasileiras para atuar em zonas rurais³⁴ e Ernani Braga, Superintendente do SESP referiu-se ao discurso de posse do presidente Truman, destacando o Ponto IV que tratava da “assistência aos países economicamente atrasados ou pouco desenvolvidos, fornecendo-lhes meios técnicos e, mediante sua cooperação, estimulando nesses países a inversão de capitais”. Ressaltou ele ainda que organismos filantrópicos privados, como a Fundação Rockefeller, vinham contribuindo com o Ponto IV, instituído em 1949. Este assunto fora discutido em reunião de diretoria da ABED de 27/04/1950, por solicitação do orador³⁵. Entre as recomendações desse congresso, consta a de “que as enfermeiras brasileiras continuem a dar o seu apoio e participem

no fortalecimento do CIE, através a ABED". No entanto, a pretendida criação de uma Federação Regional Sul-Americana não foi considerada oportuna.³

Em dezembro de 1950, como resultado de estratégias utilizadas pelo grupo alinhado à EAN/Movimento Católico, o estatuto da ABED sofreu alterações nos artigos que tratavam das eleições, especialmente no que concerne ao voto por correspondência. Em assim sendo, Waleska Paixão, alinhada ao movimento católico, no dia 8 de dezembro de 1950, dia de Nossa Senhora da Conceição, ganha as eleições para presidente da ABED, com 109 votos favoráveis, tendo Zaíra Cintra Vidal obtido 25 e 1 voto em branco.³⁶

O V Congresso foi realizado no Rio de Janeiro, em 1951. Neste congresso, já não se observa a convergência existente até então. Tanto que Tessie Williams, enfermeira do IAIA/SESP atuando no Brasil desde 1944; primeira presidente da Seção Amazônia da ABED, apresentou trabalho sobre avaliação do serviço de enfermagem de saúde pública³⁷. Marina de Vergueiro Forjaz, da EE do Hospital São Paulo, critica o fato de se trazerem modelos de educação de enfermagem importados dos americanos, inadaptáveis às condições do Brasil. Neste Congresso, o primeiro a ser liderado por uma Presidente ligada à Igreja Católica, entra em cena a Enfermagem Hospitalar como tema oficial, ao lado dos temas recorrentes sobre escolas de enfermagem e enfermagem de saúde pública.³⁸

O VI Congresso, realizado em 1952, em São Paulo, sob a liderança de Waleska Paixão e Gleite de Alcântara apresenta uma nova orientação no temário, o que demonstra novos rumos para a Associação. A Comissão Organizadora do Congresso recebeu voto de louvor proposto por Maria Rosa de Sousa Pinheiro³⁹. O temário reforçou a abordagem do congresso anterior no que se refere ao currículo das escolas de enfermagem; e introduziu debate sobre a delimitação de espaços profissionais nos serviços de saúde. Dentre as resoluções deste congresso destacamos a inclusão do enfermeiro na Confederação Nacional das Profissões Liberais e a ampliação da duração dos cursos de enfermagem para quatro anos⁴⁰. Durante esse Congresso foi realizada eleição para a diretoria da ABED, sendo eleita Gleite de Alcântara com 184 votos e a concorrente Celina Viegas obteve 48.

O VII Congresso foi realizado em São Paulo, em 1954⁴¹, e teve uma programação relacionada às escolas (recrutamento e seleção para cursos de enfermagem e de auxiliar de enfermagem) e aos serviços de enfermagem, com recomendações pertinentes, incluindo aspectos legislativos. A Assembléia Geral foi dedicada à reforma estatutária, passando então a ABED a denominar-se Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) e sua revista Anais de Enfermagem passando a denominar-se Revista Brasileira de Enfermagem, com nova capa.⁴² Como podemos

deduzir, estes eventos se caracterizaram com lócus de lutas simbólicas entre os grupos concorrentes, os quais utilizaram o quantum do poder simbólico próprio a cada um visando manter ou aumentar sua possibilidade de ser reconhecido como legítimo detentor da autoridade sobre o campo da enfermagem.

Nexos entre as escolas de enfermagem e as seções da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas

No período em estudo (1942-1954), estavam em funcionamento trinta escolas de enfermagem, assim distribuídas pelo território nacional: dezessete no sudeste (56,6%); seis (20%) no nordeste; três (10%) no centro-oeste; duas (6,7%) no norte e duas (6,7%) no sul. Dessas trinta, dezesseis eram públicas e quatorze vinculadas a congregações religiosas, sendo duas evangélicas e doze católicas.

Desde a década de 1930, havia uma *“intensa disputa entre elites católicas e laicas pelo controle sobre a educação, em especial sobre o ensino superior”*⁴³. Em meio a isto, tanto os governos de Vargas como o do general Eurico Gaspar Dutra estabeleceram laços com a Igreja católica, visando obter o apoio desta forte organização, a qual era reconhecida na sociedade brasileira como detentora de um discurso autorizado acerca de várias questões, no caso, as relativas ao campo da educação e ao da saúde. Cabe ressaltar que entre 1890 e 1941 (52 anos), haviam sido criadas no Brasil dez escolas de enfermagem, enquanto que entre 1942 e 1954 (13 anos) foram criadas vinte e uma, o que caracteriza a materialização dos distintos interesses em jogo dos grupos concorrentes.

No tocante às instituições de ensino de enfermagem no Brasil, um dos resultados dos laços entre o Estado e a Igreja Católica, no recorte temporal deste estudo, foi a criação de doze escolas de orientação católica, apesar da forte oposição do grupo de enfermeiras liderado por EMF¹⁹. As exigências de preparo profissional e de habilitação técnica que marcaram a década de 1930, principalmente com a promulgação do Decreto nº 20.109, de 15/06/1931, tiveram particular importância dentre os fatores determinantes da inauguração desse número de escolas de orientação católica, uma vez que até então as irmãs de caridade podiam desenvolver atividades no campo da educação e da saúde sem terem formação profissional. Assim, visando manter sua posição de poder e de prestígio nos espaços hospitalares, a igreja passa a investir na qualificação de religiosas, pois verifica o despreparo de seu grupo diante dos novos rumos da educação superior. Além disso, devemos considerar que era de todo provável que as irmãs de caridade tivessem dificuldade de cursar enfermagem em escolas laicas devido à incorporação do *habitus*

religioso, o que deveria tornar difícil a convivência com as outras alunas e mesmo com as professoras.^{8, 44-45}

Por outro lado, tanto os governos de Vargas como o de Dutra ao estabelecerem estreita relação com os EUA, favoreceram a criação e a implantação de cinco escolas de enfermagem no Brasil com o apoio da Fundação Rockefeller e do IAIA/SESP. Além disso, estes órgãos financiavam os estudos tanto de graduação como de pós-graduação de candidatas brasileiras, no Brasil e no exterior, respectivamente⁴⁶. Com isto, esse órgãos ao tempo em que intentavam uma contraposição à predominância do *habitus* profissional das religiosas-enfermeiras nos espaços hospitalares, também aumentavam sua força no jogo por uma melhor posição no campo.

Outra constatação é a relação entre o início do funcionamento de escolas de enfermagem e a criação de Seções da ABED, as quais só foram previstas no novo estatuto da Associação em 9 de dezembro de 1946⁴⁷. Essa reforma se deu também porque à época, mesmo sem previsão estatutária, já existiam três Seções em funcionamento, quais sejam: São Paulo (Presidente: Edith Fraenkel – EE/USP), Distrito Federal (Presidente: Rosaly Taborda – EAN; e Amazônia (que abarcava os estados do Amazonas, Pará, Maranhão e os territórios Amapá, Acre e Guaporé. Presidente: Tessie Williams – IAIA/SESP).³

Esta nova configuração no espaço de atuação da ABED evidencia que o grupo de enfermeiras alinhado com as diretrizes emanadas da EE/USP e do IAIA/SESP estava entrando em mais um jogo pela disputa por mais amplos espaços de decisão no campo da enfermagem.

Neste sentido, o que se constata é que ao tempo em que entre 1946 e 1954 foram inauguradas doze escolas de enfermagem no Brasil (BA, MG (3), PE, SP (3), RS, AM, PB, PR), foram criadas quinze Seções Estaduais da ABED (SP, DF, AMAZÔNIA, MG, BA, GO, PE, RJ, RS, AM, CE, SE, ES, PB). Também neste período, com exceção do Maranhão, foram criadas Seções nos estados onde já existiam escolas de enfermagem (DF, SP, MG, GO, CE, PA e PE)^{3,12}. Em 1947, foi inaugurada a Seção Minas Gerais, sob a Presidência de Waleska Paixão, diretora da EECC, discípula de Laís Netto dos Reys e também católica convicta; neste ano Minas Gerais contava com três escolas de enfermagem de orientação católica.

No ano seguinte, 1948, começou a funcionar a Seção Bahia, presidida por Olga Verderese, professora da Escola de Enfermagem da UFBA (criada em 1946, de acordo com padrões da EE/USP) e também a Seção Goiás, tendo como presidente a Irmã Mônica de Lima, diretora da Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo³. Apesar de nesta época, o estado de Goiás contar com três escolas de enfermagem, sendo duas evangélicas, o poderio da Igreja católica mais uma vez prevaleceu. O mesmo aconteceu na Seção Pernambuco, criada em 1949, quando este estado

contava com duas escolas de enfermagem, uma pública e uma católica, e a Irmã Lídia de Paiva Luna, diretora da Escola de Enfermagem Nossa Senhora das Graças, assumiu a presidência da mesma. Contudo, ainda em 1949, por iniciativa de Aurora de Afonso Costa (diretora da Escola de Enfermagem do Rio de Janeiro, que tinha como uma de suas bases de sustentação o SESP⁴⁸ foi criada a Seção RJ, tendo como presidente Ermengarda Alves de Faria Alvim, funcionária do SESP; e a Seção Vale do Rio Doce, sendo sua presidente Clelia Teixeira. Esta Seção foi extinta em 1952, conforme deliberação da diretoria da ABED “devido a pouca estabilidade das enfermeiras do SESP que constituem esta Seção”.³

Com o decisivo apoio da EE/USP e do SESP, em 1950, foi criada a primeira escola de enfermagem do Rio Grande do Sul, a EE de Porto Alegre, e a primeira escola de enfermagem do estado do Amazonas, a Escola de Enfermagem de Manaus. Neste mesmo ano foi fundada a Seção RS, tendo como Presidente Olga Verderese (ex-presidente da Seção BA), que viria a ser a primeira diretora daquela Escola e a Seção AM, sob a presidência de Rosaly Taborda, ex-presidente da Seção Distrito Federal. A Irmã Cecília Fernandes, diretora da Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo, única do estado do Ceará, criada em 1943 e sediada em Fortaleza, foi a primeira presidente da Seção CE, a qual foi fundada em 1951.

No ano de 1954 foram criadas três Seções da ABED: - Seção SE, por iniciativa de Isabel Macintyre, à época diretora da Escola de Auxiliares de Enfermagem Dr. Augusto Leite; como Presidente foi eleita a enfermeira do Ministério da Saúde Opelina Rollemberg; - Seção ES tendo como Presidente Maria de Lourdes Oliveira, diretora da Escola de Auxiliares de Enfermagem do Espírito Santo e - Seção PB, sendo eleita Presidente Rosa de Paula Barbosa. Vale destacar que à época da criação das seções SE e ES, estes estados não contavam com escola de enfermagem e que a primeira escola de enfermagem da Paraíba foi criada em 1953.

No período em estudo, dois estados (MA e PR) dos catorze que possuíam escola(s) de enfermagem não criaram Seções da ABED, enquanto que outros dois (SE e ES) mesmo sem ter escolas deste nível de ensino fundaram suas Seções.

Como podemos verificar, enquanto a maioria das escolas de enfermagem estava alinhada com a EAN, portanto com o movimento católico, a maioria das Seções da ABED foi criada por enfermeiras que aceitavam a liderança da EE/USP e do IAIA/SESP. Esses eram os dois grupos concorrentes que lutaram por posições de poder no campo da enfermagem. Essa luta resultava tanto em prestígio pessoal às suas protagonistas como em aumento do capital simbólico das instituições às quais essas figuras eram vinculadas.

Devemos lembrar que desde a criação da ANEDB/ABED e até o mês de dezembro de 1950 nenhuma enfermeira alinhada à EAN e ao movimento católico assumiu o cargo de presidente desta Associação: Edith Franekel cumpriu 3 mandatos (1927-1938; 1941-1944 e 1948-1950); Hilda Anna Krisch (1938-1941) e Zaira Cintra Vidal (1943-1947); esta última foi preterida para o cargo de diretora da EAN, no final de 1938, sendo nomeada Laís Netto dos Reys.

O que se pode inferir é que até o final de 1950, apesar de a EAN ter alcançado uma posição de alto destaque no campo da educação em enfermagem, principalmente porque até a promulgação da Lei nº 775/49 teve a prerrogativa de decidir quais escolas de enfermagem poderiam ser inseridas nesse campo, parece que o mesmo não se deu, pelo menos de forma imediata, no que se refere à Associação de Classe. Não obstante, com a morte de Laís, em 1950, Waleska Paixão assume tanto a direção da EAN como a presidência da ABED, mas só por dois anos. Em julho de 1952, a presidência da Associação volta para São Paulo, na pessoa de Gleite de Alcântara, diretora da recém inaugurada Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto/USP.

Conclusões

Na primeira metade dos anos 40 prevalecia a hegemonia da EAN no campo da enfermagem. A criação da EE/USP, apoiada pela Fundação Rockefeller e pelo IAIA/SESP (com sede no Rio de Janeiro/DF) e também o volume dos diversos tipos de capital de Edith Fraenkel e das “Damas de Toronto”, ensejou um realinhamento de posições de poder no campo, correspondendo a um contra-poder ao padrão oficial. A partir de então, as escolas de enfermagem passaram a se organizar em blocos antagônicos: a clivagem se dava entre o bloco das escolas católicas, lideradas pela EAN, que se posicionavam contra a “infiltração protestante” e o bloco das escolas “americanistas”, lideradas pela EE/USP, apoiadas pela ABED e sob a decisiva influência do IAIA/SESP.

As escolas de enfermagem, como instituições consagradas e legitimadoras do saber, além de conferir capital cultural institucionalizado; de desenvolver o sentimento de pertença à instituição e de criar zonas de influência, eram espaços estratégicos na de luta simbólica e se constituíram em elementos catalizadores da vida associativa. Assim, as diretoras de Escolas universitárias do eixo Rio-São Paulo eram candidatas naturais à presidência da ABED, o que lhes conferia um grande poder agregado e ampliava a área de influência de suas escolas de enfermagem.

A Associação aliada à EE/USP, por efeito da acumulação de cargos nas duas instituições, adotava como estratégias de poder a organização de escolas de enfermagem governamentais, a

realização de Congressos Nacionais, a criação de Seções Estaduais e a construção de uma legislação de enfermagem.

A reserva de altos cargos, a serem exercidos por um grupo seletivo de enfermeiras, possuidoras de elevado capital cultural e social, radicadas no eixo Rio-São Paulo, configura uma centralização do processo decisório na região sudeste, e um grande poder sobre os destinos da enfermagem brasileira. Não obstante, os limites desse poder se traduzem pelo fracasso da campanha pró Federação Latino-Americana de Enfermagem e pela resistência interna ao próprio bloco, ou seja, ao projeto de consolidação de uma Associação de Enfermeiras Diplomadas de São Paulo.

Ao final do período, feitas as contas, verifica-se não haver vencedoras: se por um lado a diretora da EAN, Laís Netto dos Reys, perde a prerrogativa de recomendar a equiparação das escolas de enfermagem, bem como a revalidação de diplomas de enfermeiras formadas no exterior, Edith Fraenkel não mais pleiteia o cargo de presidente da ABEn e nem mesmo faz a sua sucessora, deixando o cargo para Wasleska Paixão, discípula e sucessora de Laís Netto dos Reys. Contudo, as estratégias de luta concorrencial entre os dois grupos se reverteram em lucros materiais e simbólicos para a enfermagem brasileira.

Referências

1. Baptista SS, Barreira IA. A luta da enfermagem por um espaço na universidade [tese de doutorado]. Rio de Janeiro: Escola de Enfermagem Anna Nery/UFRJ; 1997.
2. Pinheiro MRS. Problemas de Enfermagem no Brasil. Anais de Enfermagem. 1951 out: 281.
3. Carvalho AC. Associação Brasileira de Enfermagem (1926-1976) - Documentário. Rio de Janeiro: Folha Carioca; 1976.
4. Barreira IA, Sauthier J, Baptista SS. O movimento associativo das enfermeiras diplomadas brasileiras na primeira metade do século 20. Rev Bras Enferm. 2001 abr/jun; 53 (4): 157-173.
5. Pullen BL. Histórico do Conselho Intrenacional de Enfermagem. Annaes de Enfermagem. 1938 jun-set; 13-14: 4-13.
6. Alvin EF. 15 anos de Enfermagem no Serviço Especial de Saúde Pública. Rev Bras Enferm. 1959 jun; 12 (2): 143-159.
7. Barreira IA. A prática da enfermagem no Brasil: a enfermeira de saúde pública dos anos 20. Texto Contexto Enferm. 1998; 7 (1): 42-57.
8. Baptista SS, Barreira IA. Condições de surgimento das escolas de enfermagem brasileiras (1890-1960). Rev Alternativa Enfer. 1997; 1 (2): 4-16.

9. Lima IB. Enfermagem na Organização Sanitária Federal. Anais de Enfermagem. 1952 jan; 5(1): 84-93.
10. Barreira IA. Transformações da prática da enfermagem nos anos 30. Rev Bras Enferm. 1999 jan-mar; 52 (1): 129-143.
11. Sauthier J, Barreira IA. As enfermeiras norte-americanas e o ensino de enfermagem na capital do Brasil: 1921-1931. Rio de Janeiro: EEAN/UFRJ; 1999.
12. Serviço Especial de Saúde Pública/Brasil/Ministério da Saúde. Enfermagem (Leis, Decretos e Portarias). 2ª ed. (revista e aumentada). Rio de Janeiro; 1959.
13. Mancia JR, Padilha MIC. Trajetória de Edith de Magalhães Fraenkel. Rev Bras Enferm. 2006; 59 (esp): 432-7.
14. Bourdieu P. A distinção: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk; 2007.
15. Bourdieu P. A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. Porto Alegre: Zouk; 2004.
16. Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras. Ata da Reunião Mensal da ANEDB de 26/9/1941. Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas-ABEn - Livro de Atas; II.
17. Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras. Ata da Reunião Mensal da ANEDB de 12/03/1943. Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas-ABEn - Livro de Atas; II.
18. Kieninger CL. Ich Dien. Colorado Springs, Summit University Press: Edited and compiled by Elizabeth Claire Prophet; 1975.
19. Almeida Filho AJ, Santos TCF, Baptista SS, Lourenço LHSC. Reunião de diretoras de escolas de enfermagem: um cenário de lutas simbólicas no campo da educação em enfermagem (1943-1945). Texto Contexto Enferm. 2005 out-dez; 14 (4):528-36.
20. Secaf V. Enfermeiras do Brasil: história das pioneiras. São Paulo: Martinari; 2007.
21. Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas. Ata da Reunião Ordinária da ABED de 9/5/1944. Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas-ABEn - Livro de Atas; II.
22. Baptista SS, Barreira IA. Anna Nava, baluarte da Escola Anna Nery (anos 1940/1970). Esc Anna Nery Rev Enferm. 2009 set; 13 (3): 543-551.
23. Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas. Ata da Reunião Ordinária da ABED de 3/7/1949. Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas-ABEn - Livro de Atas; II.
24. Curtis C. A enfermagem e o progresso social do Brasil. Anais de Enfermagem. 1949 jan; 2(1): 5-9.

25. Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas. Ata da reunião do Conselho Deliberativo da ABED de 11 de nov. de 1951. Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas-ABEn - Livro de Atas; II.
26. Schmarczek M. 33 anos do Congresso Brasileiro de Enfermagem (1947-1981)- Retrospectiva. Porto Alegre: Palloti; 1981.
27. Fonseca RMGS, Forcella HT, Bertolozzi MR. Congressos Brasileiros de Enfermagem: meio século de compromisso da ABEn. Brasília: ABEn; 2000.
28. Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas. Sessão do dia 28/11/1949, 1ª Assembléia Geral. Livro de Atas Assembléias Gerais ABED/ABEn; III.
29. Resoluções do 1º Congresso Nacional de Enfermagem. Anais de Enfermagem. 1947 mar; 16 (22): 68.
30. Candau M. O problema de enfermagem no Brasil. Anais de Enfermagem. 1948 out; 1 (4): 159-165.
31. Zeigler FH. Criação na Universidade de um Departamento Oficializado de Educação de Enfermeiras Diplomadas. Anais de Enfermagem. 1948 out; 1(4): 180-191.
32. Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas. Ata da Sessão Final do II Congresso Nacional da ABED de 23/7/1948. Livro de Atas de Congressos da ABED.
33. Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas. Correspondência trocada entre a ABED e o CIE em 28/9/1948. ABEn, Caixa ICN do ano de 1949 [documentos avulsos].
34. Curtis C. O auxílio dado pelo SESP ao preparo de Enfermeiras em Saúde Pública Rural Anais de Enfermagem. 1951 jan; 4(1): 97-103.
35. Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas. Ata da Reunião de diretoria da ABED de 27/04/1950. Livro de Atas Reunião de Diretoria-ABEn; III.
36. Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas. Ata da Reunião Ordinária da ABED de 8/12/1950. Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas-ABEn - Livro de Atas; II.
37. Willians T. Avaliação de Serviço de Enfermagem de Saúde Pública. Anais de Enfermagem. 1952 jan; 5 (1): 98-103.
38. Forjas MV. Cursos de pedagogia da enfermagem e de aperfeiçoamento em enfermagem. Anais de Enfermagem. 1952 jan; 5 (1): 64-76.
39. Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas. Ata da Reunião do Conselho Deliberativo da ABED de 26/7/1952. Livro de Atas de Congressos da ABED.
40. Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas. Ata da 2ª Assembleia Geral da ABED realizada em São Paulo em 26 de julho de 1952. Livro de Atas de Congressos da ABED.

41. Programa do 7º Congresso Nacional de Enfermeiras. Anais de Enfermagem. 1954 dez; 7 (4): 313-14.
42. Associação Brasileira de Enfermagem. Ata da 2ª Assembleia Geral da ABEn realizada no IX Congresso Nacional de Enfermeiras em 1928. Livro de Atas Assembléias Gerais da ABEn 1958-1973. IV.
43. Sampaio H. Ensino Superior no Brasil: o setor privado. São Paulo: Hucitec; 2000.
44. Lima TGFMS, Baptista SS. Circunstâncias de criação das escolas de enfermagem do estado do Rio de Janeiro. Esc Anna Nery Rev Enferm. 2000 ago; 4 (2/3): 197-208.
45. Nunes MJR. Freiras no Brasil. In: Priore M. Histórias das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto; 1997.
46. Castro Santos LA, Faria LR. A cooperação internacional e a enfermagem de saúde pública no Rio de Janeiro e São Paulo. Horizontes. 2004 jul-dez; (22):123-150.
47. Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas. Estatutos. In: Livro de Atas Associação de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras-ABEn; III. Ata da Sessão extraordinária da ABED em 9/12/1946.
48. Fernandes CAF. História da Escola de Enfermagem do Estado do Rio. Rio de Janeiro: Serviço de Imprensa e Divulgação da UFERJ; 1964.

Este trabalho é dedicado à Anayde Corrêa de Carvalho,
autora do Documentário Associação Brasileira de Enfermagem (1926-1976),
diretora do Centro de Estudos e Pesquisas em Enfermagem/ABEn (1976-1980),
e primeira organizadora do acervo histórico dessa Associação.